

Eixo Capital



SUZANO ALMEIDA — INTERINO
suzanoalmeida2@gmail.com



Alexandre Basos

Pela promoção dos direitos LGBTQIA+ no mundo

Autoridades eleitas, líderes de movimentos e defensores dos direitos LGBTQIA+ de todo o mundo se reunirão, entre hoje e sábado em Washington, nos Estados Unidos, para a 39ª Conferência Internacional de Líderes LGBTQ+, organizada pelo Victory Institute. Entre os representantes do Brasil, estará o deputado distrital Fábio Felix (PSol). O parlamentar viajou ontem, depois do encerramento da Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos. Durante os três dias, os participantes discutirão estratégias de ação para o ano de 2024 na luta mundial por igualdade e promoção da diversidade. Senadores, legisladores estaduais, vereadores e outros líderes dos EUA, e de vários países debatem como avançar em legislações e políticas públicas que protejam e promovam a dignidade da comunidade. “Tenho muito orgulho de ser o único parlamentar brasileiro a representar o país no maior congresso de lideranças LGBTQIA+ do mundo. Estamos falando de um espaço de construção de políticas públicas e troca de experiências com deputados de diferentes países, com o objetivo comum de fortalecer a defesa dos direitos Humanos de pessoas LGBTQIA+ ao redor do mundo”, comemorou Felix.

Troféu CLDF de cinema

O Legislativo distrital anunciou, ontem, os 12 finalistas do 25º Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ao todo serão 12 produções locais, sendo quatro longas-metragens e oito curtas-metragens. Os filmes escolhidos concorriam entre 192 obras cinematográficas e serão exibidas dentro do 56º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que começa em 9 de dezembro, no Cine Brasília. Serão pagos aos vencedores um montante total de R\$ 240 mil, em diversas categorias. Entre os concorrentes, estão nomes

consagrados e novatos no prêmio, que serão avaliados por um júri técnico, ainda a ser escolhido, e popular, composto pelo público que comparecer às sessões. **Longas-metragens:** *Ecos do Silêncio; Não Existe Almoço Grátis; O Sonho de Clarisse; e Rodas de Gigante.* **Curtas-metragens:** *A Chuva do Caju; A Menina Corina em: Quantos Mundos Cabem em um Mundo Só?; Estrela da Tarde; Glitter Carnavalesco; A História do Bloco das Montadas; Instante; Malu e a Máquina; Nada Se Perde; e Só Quem Tem Raiz.*

Divulgação



Reconhecendo a solidariedade

A Organização Não Governamental (ONG) Amigos da Vida, em parceria com Ministério da Saúde, celebra, amanhã, o trabalho de ativistas e parlamentares que se destacaram, durante este ano, na promoção e defesa dos Direitos Humanos. O Troféu Solidariedade 2023 comemora, ainda, o Dia Mundial de Luta Contra a Aids e acontecerá no Sesi Lab, a partir das 17h.

Câmara dos Deputados



Para melhorar as aparências

O deputado federal Augusto Puppio (MDB-AP) está inaugurando, em Brasília, na próxima segunda-feira, uma clínica de estética. Especializado em cirurgia plástica, o parlamentar está oferecendo um coquetel para seus colegas e um “descontinho” especial “para autoridades do DF que querem ficar com uma aparência rejuvenescida”. Tem muita gente politicamente precisando.

Democratizando a Justiça do DF

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinaram, ontem, na sede do Judiciário local, o Termo de Execução Descentralizada (TED), para a implementação do Projeto Esperançar, do Programa Justiça Comunitária do Distrito Federal, nas regiões administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Planaltina e nas escolas públicas do DF. A proposta tem como objetivo democratizar o acesso à Justiça para comunidades mais carentes da unidade da Federação. O evento contou com a presença do presidente da Corte, desembargador Cruz Macedo, e do secretário de Acesso

à Justiça do MJSP, Marivaldo Pereira — representando o ministro Flávio Dino. “Levar a Justiça Comunitária para outros lugares é um estímulo muito grande e uma resposta para mostrar o resultado positivo do trabalho que os agentes comunitários fazem. Para mim, é um sonho que esse modo de Justiça alternativa seja eficaz”, discursou o presidente do TJDFT. Segundo o representante do MJSP, o programa pretende levar as ferramentas da Justiça para áreas periféricas do Distrito Federal, como uma forma de democratizar o acesso à mesma. “A abertura do sistema da Justiça é um diálogo com a população e não há nada mais democrático que isso. O acesso à Justiça é, mais do que tudo, acesso ao direito”, completou Marivaldo Pereira.



Minervino Junior/CB/O.A. Press

Inas-DF fora do rateio do superavit

O Poder Executivo quer que os deputados distritais aprove, ainda este ano, uma mudança na lei para que o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF (Inas-DF) não tenha que devolver recursos superavitários ao final do exercício financeiro, como outros órgãos e autarquias precisam fazer. Segundo o Projeto de Lei Complementar 27/2023, o Governo do Distrito Federal quer fazer a chamada “reversão do Tesouro”, que é quando a instituição não precisa devolver recursos aos cofres públicos. No caso do Inas-DF, o Executivo explica que, em média, o instituto leva 270 dias para pagar os planos de saúde. Antes, eles precisam enviar a fatura para auditoria, que analisa e informa se ela deve ou não quitar a prestação de serviço. Por esse motivo, quando chega ao final do ano, o Inas-DF termina o exercício com superavit, quando na verdade, o recurso está reservado para o pagamento de faturas futuras. Por conta da devolução, o plano de saúde dos servidores locais acaba entrando no ano seguinte no vermelho.

Passou

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Ceof) da CLDF aprovou o projeto, que tramitava na Casa desde julho deste ano. A matéria está na Ordem do Dia, pronta para apreciação dos parlamentares.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

» Entrevista | MARCELA PASSAMANI | SECRETÁRIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Estado precisa garantir que vítimas tenham ferramentas para encerrar ciclo de violência em todas as instâncias. Lançamento do programa Direito Delas, será importante para atender todas as faixas sociais, ampliando a rede de apoio às mulheres

O direito a romper com a violência

» JOÃO CARLOS SILVA*

Foi lançado, ontem, pela Secretaria de de Justiça e Cidadania, o programa **Direito Delas**, que oferecerá atendimentos social, psicológico e jurídico às vítimas de violência. Para falar sobre o tema, o CB.Poder — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília — convidou a secretária Marcela Passamani. Em entrevista às jornalista Sibele Negromonte e Mila Ferreira, ela comenta sobre o público alvo do projeto e orienta a respeito de como conseguir auxílio.

Kayo Magalhaes/CB



Qual será a tônica do programa **Direito Delas**, no combate à violência contra a mulher?

Eu vou começar falando uma frase de efeito do programa: “Todas as vítimas têm direito a romper com o ciclo da violência”. O nome do programa veio dessa reflexão e dessa verdade. As pessoas que vivem em situação de violência precisam romper com o ciclo da violência, e a rede de apoio do Estado precisa atuar de forma enérgica para possibilitar essa autonomia,

essa saída, esse fechamento de ciclo da violência. Não é um projeto apenas para as mulheres vítimas de violência, apesar de nós estarmos numa situação gravíssima, em termos de feminicídio e todos os tipos de violência, mas nós também temos outros públicos que estão sofrendo ela hoje. Esse programa da secretaria inclui mulheres, meninas e idosos que estão previstas na Lei Maria da Penha. Atendemos idosos que sofrem violação de direitos previsto no Estatuto do

Idoso, crianças e adolescentes em relação à violência sexual e crimes violentos como acidentes de trânsito, latrocínio e homicídio.

Na prática, como essas vítimas podem ter acesso ao programa?

Há duas formas: uma parte espontânea, onde as pessoas conhecem o programa. Todas as unidades são físicas, nós começamos a primeira gestão do governador Ibanez (Rocha) com apenas quatro unidades, hoje nós estamos indo



'Todas as vítimas têm direito a romper com o ciclo da violência': o nome do programa veio dessa reflexão e dessa verdade'

para 10ª unidade de atendimento nas cidades. Elas podem procurar também a rede de apoio, a Defensoria, o Ministério Público (do Distrito Federal e Território — MP-DF), o TJDFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios), a Polícia Militar e os Bombeiros, e eles fazem o encaminhamento. No lançamento desse programa, nós trouxemos ao conhecimento do público a portaria conjunta da Secretaria de Justiça com a Secretaria de Saúde. Nós temos

175 unidades básicas de saúde, e, dentro delas, nós temos salas de acolhimento geral e salas da mulher. Nós publicamos uma portaria para que possamos fixar dentro das salas um adesivo com o tipo de atendimento que a gente fornece e o telefone do plantão desse serviço, para que todas as pessoas possam nos procurar.

Poderia falar sobre o projeto que engloba as crianças na primeira infância?

O Cidadania nas Escolas engloba crianças e adolescentes e leva esse entendimento para dentro do ambiente escolar. Com ele, a gente consegue educá-las para evitar que se tornem agressoras ou vítimas. Há pouco tempo, a Ana Hickmann falou: “eu lembro do meu pai quando ele agredia minha mãe e eu era uma criança. Hoje, eu sou uma vítima lá de trás”. Ou seja, isso ficou marcado na sua história e isso é uma coisa que a gente tem que levar para dentro do ambiente escolar, para mostrar para as crianças que não é algo normal.

Vamos falar sobre o casamento comunitário, que já virou uma tradição aqui no DF.

Nós começamos com os casamentos comunitários em plena a pandemia. Todo mundo ia de máscara, com todos os protocolos de segurança. A Secretaria de Justiça foi responsável pelo maior projeto naquele período, no hotel dos idosos. Colocamos dentro dos hotéis 312 idosos e a gente exportou esse protocolo para vários lugares do mundo. Inclusive nós ganhamos um prêmio internacional desse turismo responsável por ter conseguido hospedar esses idosos sem contaminação. Foi com base nessa experiência que a gente conseguiu fazer tantos projetos durante a pandemia com maior segurança para a população do Distrito Federal. Nós fizemos seis edições do casamento comunitário dentro do Museu da República, com afastamento distanciamento social, e com máscaras. Foi um sucesso.



Aponte a câmera para o QR Code e assista o programa

ra a população do Distrito Federal. Nós fizemos seis edições do casamento comunitário dentro do Museu da República, com afastamento distanciamento social, e com máscaras. Foi um sucesso.

*Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida